

O **CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC** com sede em Florianópolis na Rua Murilo Andriani, nº 327, Itacorubi, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.043.745/0001-65, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Moisés Diersmann e por seu Vice-presidente de Tecnologia, o Sr. Marcos Antônio da Silva e a **IBM BRASIL INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA**, com sede na avenida República do Chile, nº 330, Centro, Rio de Janeiro/RJ– CEP: 20.031-170, inscrita no CNPJ sob nº33.372.251/0001-56, presente neste ato por seus representantes legais, ao final identificados e assinados, doravante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e contratado a Extensão de garantia de hardware e software do equipamento IBM Power System E950, que se regerá pelas Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1 - Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal nº. 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, disponível em <http://www.transparencia.ciasc.sc.gov.br>; bem como, às regras e condições estabelecidas no processo CIASC 0863/2024, **Inexigibilidade de Licitação 039/2024**, à proposta da CONTRATADA, independente de transcrição e às demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de Extensão de garantia de hardware e software do equipamento IBM RISC E950 por um período de 12 meses.

Dados do equipamento: IBM power System E950

Tipo/Modelo/Número de Série/Site ID (Localização): 9040 / MR9 / 82CFB7X / S029854212.

Equipamentos acessórios (HMC V9R2): 7063 / CR1 / 130NW3A / S0298542122.

Número do contrato IBM: AG-00371267.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E REAJUSTE

3.1 - O presente contrato tem um valor estimado de **R\$145.567,38** (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), conforme proposta da contratada e itens abaixo.

3.1.1. O pagamento será realizado em 11 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$12.130,62 (doze mil, cento e trinta reais e sessenta dois centavos) e uma parcela de R\$12.130,56 (doze mil, cento e trinta reais e cinquenta e seis centavos).

Item	Descrição da oferta	Descrição nível serviço	Qtde	Preço (R\$)
Tipo/Modelo/Número de Série/Site ID (Localização): 7063 / CR1 / 130NW3A / S029854212				
01	HWMA Power Hardware Management Console	8h Committed Fix, 24x7	01	6.391,77
02	GTMS analysis and update Power	TMS,1 Analysis per Year	01	3.815,85
03	MCP Remote Support HMC	Normal business hours	01	908,75
Tipo/Modelo/Número de Série/Site ID (Localização): 9040 / MR9 / 82CFB7X / S029854212				
04	HWMA Power	8h Committed Fix, 24x7	01	100.846,56
05	GTMS analysis and update Power	TMS,1 Analysis per Year	01	16.195,92
06	SWMA AIX Standard Edition	Normal business hours	01	9.772,20
07	SWMA PowerVM Enterprise	Normal business hours	01	7.636,33

3.2 - O preço dos serviços, objeto do presente Contrato **será irrealizável** pelo período de 12 (doze) meses. Decorrido este prazo os preços poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, mediante negociação, limitada a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor, ocorrido entre o mês anterior a assinatura do contrato ou o último reajuste e o mês anterior ao mês que será reajustado.

3.2.1 - Caso se verifique a extinção do índice de reajuste estipulado no item 4.7, este será substituído por outro índice na forma da lei. Na sua falta, um novo critério será acordado entre as partes.

3.3 – O faturamento relativo a manutenção de HW e microcódigo IBM serão pela Filia da IBM, inscrita no CNPJ 33.372.251/0008-22, com sede em Florianópolis/SC.

3.4 – O faturamento relativo manutenção de SW IBM serão pela filial da IBM inscrita no CNPJ 33.372.251/0062-78, com sede em Hortolândia/SP.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal e condicionado ao aceite pela área competente do CONTRATANTE.

4.1.1 - Caso o CONTRATANTE deixe de cumprir com o pagamento na data prevista, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores poderão ser corrigidos monetariamente através do IPCA – Pro Rata Tempore.

- 4.2 - O CONTRATANTE não efetuará o pagamento de títulos descontados ou por cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros através de operação de **factoring**.
- 4.3 - O pagamento devido pelo CONTRATANTE será liquidado por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA.
- 4.4 - No ato do pagamento, se houver sido imposta qualquer multa o valor correspondente será deduzido da quantia devida, garantida a defesa prévia e o devido processo legal.
- 4.5 - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, mediante a apresentação por parte da CONTRATADA dos seguintes documentos devidamente atualizados:
- I) Prova de **regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do **FGTS**.
 - II) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional** de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e a **inscrições em Dívida Ativa da União** junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
 - III) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina** e, se for o caso, do Estado em que for sediado a CONTRATADA, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto nº 3.884, de 26.08.1993.
- 4.5.1- A não apresentação do documento exigido no subitem 4.5 implicará, automaticamente, na suspensão do pagamento das faturas.
- 4.5.2 -A CONTRATADA emitirá nota fiscal correspondente ao faturamento do mês e a encaminhará ao CIASC, em até dez dias antes do vencimento. Ocorrendo atraso na entrega, erro ou insuficiência de informações na nota fiscal, ausência de documentação contratual, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de dias em que se deu o atraso, a falta de informações ou de documentação, sem qualquer penalidade.
- 4.6 - A contratada deverá encaminhar o arquivo da Nota Fiscal Eletrônica para o e-mail: nfe@ciasc.sc.gov.br.
- 4.7 - A contratada deverá informar na NOTA FISCAL quando da entrega das mercadorias, o **Código NCM S/H**.
- 4.7.1 -As notas fiscais não enviadas para o e-mail nfe@ciasc.sc.gov.br, serão consideradas como não recebidas.
- 4.8- Como contribuinte sediado em Florianópolis, o CIASC está enquadrado como substituto tributário, devendo reter na fonte o Imposto Sobre Serviços (ISS), em conformidade com a legislação municipal vigente.
- 4.9 - Deverá constar **obrigatoriamente** nas Notas Fiscais de Prestação de Serviços:
- 4.9.1-Dos Contribuintes do Município de Florianópolis, o Código Nacional de Atividade Econômica - **CNAE**, correspondente ao serviço prestado; o Código

Fiscal de Prestação de Serviços - **CFPS** e o Código de Situação Tributária - **CST**;

4.9.2-Dos Contribuintes de outros Municípios ou outros Estados da Federação, o Código Nacional de Atividade Econômica - **CNAE**, correspondente ao serviço prestado

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS E VIGÊNCIA

- 5.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do dia 28 de outubro de 2024, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, podendo ser prorrogado de acordo com a Legislação vigente.
- 5.2 - O prazo poderá ser prorrogado nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.
- 5.3 - O período de garantia se inicia em 28/10/2024.
- 5.4 - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA SEXTA– DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1 - Executar o objeto do contrato de acordo com as condições estabelecidas na proposta por ela apresentada.
- 6.2 - Garantir os produtos fornecidos contra falhas ou defeitos de fabricação que os mesmos possam apresentar durante a vigência do contrato.
- 6.3 - Fornecer ao CONTRATANTE, durante o período contratual, todos os novos, “releases” e atualizações do software contratado, sem qualquer outro ônus, excetuando-se novas versões de produtos.
- 6.4 - Corrigir, durante o período de vigência do contrato, qualquer erro de funcionamento comprovado e identificado nos produtos fornecidos.
- 6.5 - A CONTRATADA fornecerá serviços a Programas para Programas garantidos (assim indicados no SPL) e para outros Programas selecionados; no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o registro do chamado. Neste caso, se a CONTRATADA puder reproduzir o problema reportado pelo CONTRATANTE no Ambiente Especificado de Operações, ela emitirá informações de correção de defeitos, uma restrição ou uma maneira de contornar o defeito. A CONTRATADA fornece Serviços a Programas apenas para a porção inalterada de uma versão corrente de um Programa.
- 6.6 - Guardar o mais absoluto sigilo quanto às informações referentes ao CONTRATANTE, grafadas como confidenciais, ou qualquer de seus clientes que vier a ter acesso pela execução do presente contrato.
- 6.7 - Absorver para si todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais oriundos dos empregados que executarão os serviços, eximindo o CONTRATANTE de quaisquer vínculos trabalhistas e/ou sociais.

- 6.8 - Permitir ao CONTRATANTE, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato.
- 6.9 - Manter atualizadas as condições de habilitação perante o CONTRATANTE durante toda a execução do contrato.
- 6.10 - Tomar conhecimento e responsabilizar-se para que todos os seus funcionários tomem conhecimento e atendam as normas do Código de Conduta e Integridade do CIASC.
- 6.11 - A contratada deverá tomar conhecimento e cumprir a Política de Segurança da Informação, regulamentos e outros instrumentos institucionais vigente no CIASC, relativos à Segurança da Informação e as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).
- 6.12 - Quando se trata de atividade ou serviço que necessite de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica, caberá a contratada a emissão, as suas expensas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1 - Providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e aditamento(s), se ocorrer(em).
- 7.2 - Informar a CONTRATADA as manutenções corretivas que se fizerem necessárias, acionando a CONTRATADA, conforme sua necessidade.
- 7.3 - Pagar à CONTRATADA, na forma estipulada neste contrato, o preço ajustado.
- 7.4 - Dar o aceite e recebimento do objeto do presente contrato, se atendidas todas as condições.
- 7.5 - Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato sob todos os aspectos, inclusive, quanto ao fiel cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas da CONTRATADA relatando as irregularidades, quando for o caso.
- 7.6 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços.
- 7.7 - Disponibilizar a CONTRATADA as informações necessárias a plena execução dos serviços.
- 7.8 - O CONTRATANTE concorda em:
 - a) Utilizar os softwares segundo as instruções e especificações que constam no mesmo, respeitando as orientações técnicas da CONTRATADA;
 - b) Abster-se de remover os avisos de direitos autorais ou outros avisos de direitos de propriedade intelectual constantes do software;
 - c) Tomar as providências necessárias a fim de evitar a execução de cópias do software, por empregados ou terceiros;
 - d) Abster-se de aplicar técnicas de engenharia reversa, a fim de descompilar ou decompor o software;

- e) Comunicar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer falha ou defeito que o software possa apresentar;
- f) Comunicar à CONTRATADA sobre a mudança da Máquina Designada e a sua data, se for o caso;
- g) O CONTRATANTE concorda que não: sublicenciará, cederá ou transferirá a licença de qualquer Programa; distribuirá qualquer Programa a terceiros ou reverterá a montagem ou a compilação, ou, de qualquer forma, traduzirá o Programa;
- h) Observar todas as demais condições do presente Contrato e, na falta de sua menção expressa, subsidiariamente, nos termos dos documentos constantes do CIASC 1169/2020.
- i) O CONTRATANTE concorda ainda, em relação a cada programa:
 - I) Assegurar que qualquer pessoa que o utilize (tendo acesso local ou remoto) o faça somente para o uso autorizado do CONTRATANTE e adirá aos termos e condições deste Contrato, relativos a programas, e
 - II) Manter registro de todas as cópias.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 - A execução do objeto do contrato será fiscalizada pelo fiscal de contrato designado através de resolução interna do CONTRATANTE, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, o qual caberá comunicar formalmente o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, devendo a CONTRATADA fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 8.2 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar o fornecimento, no todo ou em parte, sempre que não atender aos padrões técnicos exigidos.

CLÁUSULA NONA – PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 9.1 - O CONTRATANTE reconhece que os softwares cujo licenciamento para uso é objeto deste Contrato, bem como os logotipos, marcas, insígnias, símbolos deles constantes e demais materiais vinculados, aos quais o CONTRATANTE venha ter acesso, constituem propriedade da IBM CORPORATION, sendo protegidos nos termos da legislação nacional de direitos autorais e de propriedade intelectual, e no que for aplicável à propriedade de indústria do autor e segredo de fábrica ou negócio.
- 9.2 - A violação, judicialmente comprovada, do direito de propriedade referente aos softwares objeto do presente contrato, por parte do CONTRATANTE, implicará na sujeição do mesmo às penas previstas na legislação civil e criminal.
- 9.3 - Aplica-se aos resultados obtidos pelo cumprimento deste Contrato - sistemas aplicativos, rotinas, modelos, metodologias, protótipos, “lay-outs” e programas desenvolvidos durante o processo de treinamento e consultoria - as disposições da Lei nº 9.609/98, de 19 de fevereiro de 1998, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

- 10.1 - O contrato **poderá ser rescindido**, nos termos previsto na Seção XI - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial:
- 10.1.1-Por ato unilateral de qualquer das partes, precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 10.1.1.1-Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.
- 10.1.2-Amigavelmente, ressalvado o interesse público, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardados o interesse do CONTRATANTE e mediante prévia justificação.
- 10.1.3-Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 10.1.4-No descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais pelas partes assegurando à outra parte o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 10.1.5-A rescisão do contrato, motivada pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais, sujeita a CONTRATADA a multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, independentemente de outras multas aplicadas por infrações anteriores.
- 10.1.6-Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste Contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.
- 10.1.7-Na aplicação destas penalidades e das demais previstas neste instrumento serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 - As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Contrato, **no Capítulo III – DAS SANÇÕES, do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, e na Seção III – Das Sanções Administrativas da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.**
- 11.2 - A licitante que convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, ou deixar de entregar a documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou

fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito licitar e de contratar com o CIASC, por período de até 2 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do CIASC, pelo prazo de até 2 (dois) anos e realizado seu registro no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei n.º 12.846, de 2013.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso serão abertos vista do processo aos interessados.

11.3 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos ao CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, principalmente nos casos abaixo:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos no desenvolvimento do objeto contratado, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

11.4 - Multa:

- a) No caso de interposição de recursos meramente procrastinatórios, de não regularização da documentação de habilitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, no atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- b) No caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA na execução do objeto contratado, a partir do primeiro dia, a mesma sujeitar-se-á à multa de mora de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor contratado, que não excederá a **10%** (dez por cento) do montante, que poderá ser descontado dos valores eventualmente devidos pelo CONTRATANTE e/ou cobrados de outra qualquer forma legal.

- c) No caso de descumprimento das obrigações legais e das Cláusulas Contratuais pela CONTRATADA, que ensejem a rescisão da presente avença; multa de mora de **10%** (dez por cento) sobre o valor contratado.
- d) no caso de inexecução total, multa não superior a **10%** (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

Parágrafo Primeiro - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Segundo - A multa aplicada a CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ele devido, cobrado diretamente ou judicialmente.

11.5 - A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória do contrato;
- c) atraso, injustificado, na execução dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando a prejudicar a execução do contrato;
- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA, idoneidade para contratar com o CONTRATANTE.
- i) outros atos de ação ou omissão capazes de causar, ou que tenha causado dano ao CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA PRIVACIDADE

- 12.1 - DATACENTER - É a estrutura física e lógica do CONTRATADO localizado na sua sede central.
- 12.2 - DADO PESSOAL - informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- 12.3 - TITULAR DOS DADOS PESSOAIS: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- 12.4 - TRATAMENTO: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

- 12.5 - CONTROLADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais
- 12.6 - OPERADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- 12.7 - Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) o CONTRATANTE se enquadra na categoria de CONTROLADOR e o CONTRATADO na categoria de OPERADOR, devendo os mesmos respeitarem e seguirem as cautelas da Lei.
- 12.8 - É dever do OPERADOR, ao ser demandado pelo CONTROLADOR, garantir a fruição dos direitos dos TITULARES DOS DADOS PESSOAIS, nos termos do art 18 da LGPD, a qualquer momento e mediante requisição, em prazo definido na legislação.
- 12.9 - Cabe ao OPERADOR tratar os dados pessoais com a finalidade exclusiva e específica inerente ao objeto deste contrato, eliminando os mesmos no término de sua vigência.
- 12.10-O OPERADOR deverá prover mecanismo de exportação dos dados portáteis para outra plataforma, ao término do contrato, mediante solicitação do CONTROLADOR.
- 12.11-O OPERADOR deverá fornecer o contato (nome, telefone, email) do encarregado para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- 12.12-O OPERADOR deverá manter em absoluto sigilo todos os dados e informações de caráter pessoal, que tiver acesso por meio deste contrato.
- 12.13-O OPERADOR deverá utilizar na camada de aplicação mecanismos de segurança e proteção contra vulnerabilidades de software. São consideradas as principais vulnerabilidades: Injection, Cross-Site Scripting (XSS), Erros de configuração de software, Objetos expostos de maneira inadequada, Objetos referenciados de maneira direta (Insecure Direct Object References), Cross-Site Request Forgery (CSRF), controles com vulnerabilidades conhecidas, Quebra de sessão (Broken Authentication and Session Management), ausência de criptografia na transmissão dos dados (HTTPS, SSL, TLS), componentes de software não atualizados, ou outras vulnerabilidades que possam surgir, de modo que estas não comprometam a segurança e privacidade dos dados pessoais.
- 12.14-O OPERADOR deverá aplicar controles de segurança da informação adequados para garantir a segurança de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANTICORRUPÇÃO

- 13.1 - As Partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- 13.1.1-Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis federais nos 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)

- e 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- 13.1.2-comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I deste artigo e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- 13.1.3-comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- 13.1.4-declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a **rescisão unilateral do contrato**, sem prejuízo da **cobrança das perdas e danos**, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das **multas** pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 - O presente Contrato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, por qualquer das partes a terceiros sem a prévia comunicação por escrito e anuência da outra;
- 14.2 - As condições relativas à parte técnica, produtos, garantias, e prazos de fornecimento dos produtos e serviços ora contratados, serão cumpridas pela CONTRATADA, de acordo com sua proposta, n.º AG-00371267, integrante do Processo da CONTRATANTE n.º **0863/2024**.
- 14.3 - Toda e qualquer responsabilidade de uma parte perante a outra, oriunda de perdas e danos, independentemente do fundamento jurídico, será limitada à quantia equivalente ao valor total ora contratado;
- 14.4 - O CONTRATANTE concorda em:
- Que será o responsável pelos resultados obtidos pelos Programas, desde que eventuais erros não tenham sido causados pelo próprio Programa;
 - Assegurar à CONTRATADA livre e seguro acesso às suas instalações, a fim de que esta possa cumprir as suas obrigações. Se o CONTRATANTE tiver quaisquer condições de insegurança ou materiais de risco, aos quais o pessoal da CONTRATADA possa ficar exposto, em qualquer de suas instalações, concorda em prontamente avisar a CONTRATADA;
 - Não sublicenciará, cederá, transferirá ou distribuirá a licença de qualquer programa;
 - Não reverterá a montagem ou a compilação, ou, de qualquer forma, traduzirá o programa.
- 14.5 - Qualquer omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das obrigações ora contratadas ou em exercer qualquer direito deste contrato decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito de qualquer parte de exercê-lo a qualquer tempo.
- 14.6 - O presente instrumento foi elaborado de acordo com o Processo **CIASC 0863/2024 – Inexigibilidade 039/2024**.

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Florianópolis, para nele ser dirimido qualquer litígio oriundo do presente instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E pôr estarem assim justos e contratados, as partes firmam o presente Instrumento, juntamente com as testemunhas.

Florianópolis, 22 de outubro de 2024.

Pelo Contratante:

Moisés Diersmann
Presidente

Marcos Antônio da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Pela Contratada:

Representante Legal

Testemunhas:

Nelson Henrique de Oliveira Junior
Gerente de Tecnologia, Inovação e
Infraestrutura

Matheus Norberto Gomes
Gerente de Finanças



Assinaturas do documento



Código para verificação: **9YCDB852**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **ANNA PAULA FERREIRA STEINBERGER ELIAS** (CPF: 118.XXX.238-XX) em 22/10/2024 às 18:52:05
Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 02/05/2024 - 14:20:21 e válido até 02/05/2025 - 14:20:21.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **MARCOS ANTÔNIO DA SILVA** (CPF: 155.XXX.989-XX) em 23/10/2024 às 17:44:10
Emitido por: "SGP-e", emitido em 26/04/2019 - 17:07:43 e válido até 26/04/2119 - 17:07:43.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MATHEUS NORBERTO GOMES** (CPF: 042.XXX.639-XX) em 24/10/2024 às 13:30:34
Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/11/2019 - 13:16:05 e válido até 19/11/2119 - 13:16:05.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MOISÉS DIERSMANN** em 24/10/2024 às 19:35:41
Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/11/2022 - 15:38:11 e válido até 14/11/2122 - 15:38:11.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0IBU0NfMjIwOV8wMDAwMDg2M184ODFfMjAyNF85WUNEQjg1Mg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **CIASC 0000863/2024** e o código **9YCDB852** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.